



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

Ata da Reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil reuniu-se na Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, nos dias sete (07), oito (08) e nove (09) de novembro do ano de mil novecentos e noventa e seis (1996), com as presenças dos Exmos. Srs. Ministros José Paulo Sepúlveda Pertence, Presidente do Supremo Tribunal Federal, e Romildo Bueno de Souza, do Superior Tribunal de Justiça, dos Desembargadores José Fernandes Filho, Presidente da Comissão Executiva, Ivan Meira Lima, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, e dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do Distrito Federal e dos Estados de Amazonas, Alagoas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins. A abertura solene se realizou no Plenário Desembargador João Vicente da Costa, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, presentes também o Vice-Governador do Estado, Dr. Fernando Freire, o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, Juiz José Vasconcelos da Rocha, do Procurador de Justiça do Estado, Dr. Emanuel Cristóvão de Oliveira Cavalcante e de outras autoridades. Nesta oportunidade, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte conferiu ao Desembargador José Fernandes Filho a Comenda do “Valor Judiciário Seabra Fagundes”, tendo se pronunciado os Desembargadores Ivan Meira Lima, Manoel Araújo Silva, em nome da corte estadual, e o homenageado. Na abertura dos trabalhos, o Presidente do Tribunal de Justiça local saudou os participantes e apresentou o futuro Presidente, Desembargador Caio Alencar, passando a direção dos trabalhos ao Presidente da Comissão Executiva que, após anunciar a pauta da reunião, informou sobre o andamento das propostas da Reforma Constitucional, chamando a atenção para dispositivos do maior interesse do Poder Judiciário e para os riscos de alterações prejudiciais à prestação jurisdicional; discorreu também sobre proposições dos Governadores dos Estados que atingem a autonomia do Judiciário e sobre o texto de Reforma da Legislação Processual encaminhada pela Desembargadora Fátima Nancy Andrighi. O Desembargador Natanael Fernandes propôs que os Tribunais promovessem em seus Estados encontros com as bancadas federais sobre as aspirações do Judiciário, enquanto o Desembargador Manuel Neuzimar sugeriu que os Presidentes apresentassem um relatório sobre os encontros, que ficou aprovado, à unanimidade. O Desembargador Adroaldo Fabrício alertou para a importância da participação dos Juízes de primeira instância na campanha sobre a reforma. O Desembargador Licínio Stefani informou das inovações introduzidas no Judiciário do Mato Grosso, inclusive o intercâmbio com a Bolívia, para onde levou a experiência de seu Estado. Em seguida, abriu-se um espaço para o pronunciamento do Dr. Fernando de Carvalho Amorim, representante do Ministério da Justiça, que discorreu sobre as novas normas para cumprimento de cartas rogatórias, distribuindo material sobre o assunto, tendo convidado a todos a participar do encontro nos dias 12 e 13 de dezembro, em Brasília, sobre o tema. O Ministro



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

Sepúlveda Pertence manifestou o desejo de ouvir um relato da experiência dos Juizados Especiais nos Estados, tendo exposto sua fé na efetiva contribuição dos Juizados na solução da crise do Judiciário. Manifestaram-se, a seguir, todos os Presidentes relatando minudentemente os trabalhos desenvolvidos nos seus respectivos Estados, todos ressaltando o êxito que os Juizados alcançaram. O Ministro Sepúlveda Pertence, ao final das exposições, se disse impressionado com a criatividade dos Tribunais, afirmando sua satisfação e propondo a realização de um congresso, em nível nacional, em Brasília, provavelmente em março do próximo ano, sobre esta importante inovação. Decidiu o Colégio, à unanimidade, que todos os Presidentes devem levar para o encontro de Aracaju um relatório escrito dos trabalhos dos Juizados em seus Estados. Decidiu o Colégio prorrogar, por mais um período ou até a conclusão da reforma constitucional em andamento no Congresso Nacional, o mandato da atual Comissão Executiva, que se completou com a substituição dos Desembargadores Luiz Cláudio e Weiss de Andrade pelos Desembargadores Carlos Eduardo e Adroaldo Fabrício, respectivamente de Brasília e do Rio Grande do Sul. Foi exibido um vídeo sobre a extraordinária atividade do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá . O Colégio aprovou o convite a todos os Presidentes que integraram o Colégio, para participarem do Congresso em Brasília. Decidiu-se que o próximo encontro será em Macapá, nos dias 20, 21, e 22 de fevereiro de 1997 e, depois, no mês de março, em data a ser designada, em Recife. Foi aprovada a “Carta de Natal”, à unanimidade. O Desembargador José Fernandes Filho agradeceu, em nome do Colégio, ao Ministro Romildo Bueno de Souza pela honrosa atenção com que tem distinguido permanentemente as reivindicações do Colégio a que tem constantemente dignificado com sua presença em suas reuniões. Sua Excelência agradeceu as referências e externou sua confiança no Colégio e no valoroso trabalho que desenvolve em proveito do Poder Judiciário. Foram apresentadas despedidas aos Presidentes que terão concluídos os seus mandatos, especialmente aos Desembargadores Marco Antônio Cândia e Ivan Meira Lima. Sugeriu-se a inclusão no temário do Encontro de Aracaju a seleção de juizes e a organização das finanças dos Tribunais de Justiça. Nada mais havendo, lavrei a presente ata, que vai devidamente assinada. Eu, Robério Nunes dos Anjos, Secretário ad-hoc.

Seguem assinaturas.